

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

Moradores do lago: assentamentos humanos nas ressacas do Amapá

LUINNY CARLA GENTIL VASCONCELO*

Dissertar sobre as comunidades localizadas nas áreas úmidas da cidade de Macapá é na verdade uma tentativa de preservar uma parte da história das minorias, para que num futuro próximo ela se torne um *link* com o passado não só da capital, mas de todo o Estado do Amapá.

Desta forma, este projeto de pesquisa propõe um estudo acerca da experiência dos protagonistas sociais das ressacas do Amapá, com ênfase para os moradores da ressaca do Zerão. Na prática, esses assentamentos humanos são desconhecidos pela maior parte da população amapaense, embora, sejam constantemente divulgados pelas mídias como aglomerados habitacionais miseráveis, sem saneamento básico, deficiência de infraestrutura e grande acumulação de lixo. Em Macapá, a grande proliferação desses assentamentos humanos deu-se a partir de 1990.

Destarte, o que aqui está se buscando é escrever a história de forma interpretativa, alicerçada em resíduos a respeito de dados considerados por muitos ambientalistas irrelevantes e marginalizados, mas ainda sim, reveladores, pois “o que caracteriza o saber é a capacidade de, a partir de dados negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1986, p.156).

Todavia, para falar dos assentamentos humanos estabelecidos nas áreas úmidas do Amapá, é necessário fazer uma breve apresentação do “mundo amazônico” no qual eles estão inseridos. A geógrafa, Bertha Becker² costumava dizer que a Amazônia Brasileira é uma floresta urbanizada³. Em seus trabalhos fica muito claro que as cidades são tão importantes

*Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, pós-graduanda da Especialização de História e Historiografia da Amazônia.

² Foi Membro da Academia Brasileira de Ciência, professora emérita da Universidade Federal de Rio de Janeiro e agraciada com doutorado honoris causa e outras homenagens em muitos dos principais centros acadêmicos do mundo, Bertha Becker foi uma referência por seus aprofundados estudos sobre Amazônia, com inúmeros livros e publicações.

³A respeito da expressão “floresta urbanizada”, Cardoso (2010) nos ajuda a compreender o que isto significa quando relata que “Os passos direcionados ao *desbravamento* da floresta se apressaram com a abertura oficial de linhas de navegação, pois a prestação do serviço de transporte facilitava o conhecimento das potencialidades econômicas da floresta, alimentadas na medida em que as

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

2

para a região quanto a floresta propriamente dita. Contrariando, assim, o que Euclides da Cunha chegou a afirmar quando sugeriu que a Amazônia não podia ser habitada, e que se o fosse, ela venceria quem o tentasse. A este respeito, Lobato (2009) registra:

Euclides da Cunha, referindo-se especificamente à Amazônia, asseverou existir, além da influencia do clima, que enfraquecia todas as faculdades, um “influxo por ventura secundário, mas apreciável da própria inconstância da base física onde se agita a sociedade”, pois “a vulnerabilidade do rio contagiava o homem” e “a adaptação exercita-se pelo nomadismo”. No início do século XX, José Verissimo lamentava a índole resignada do caboclo: “inconstantes e despreocupados dos sérios cuidados da vida, preferem ao sedentarismo, o trabalho nômade... Não é a ambição que os leva, que não as tem [...]. À incúria a tudo preside, nada de preocupações, nada de higiene... a apatia entrega os homens indefesos às influencias deletérias... Esta gente, quer a tapuia, quer a mameluca, está profundamente degradada” (LOBATO, 2009, p. 72).

Além disso, a Amazônia surge no imaginário de muitos a partir de rótulos como: Inferno Verde⁴, Deserto Vermelho, terra de índio e/ou selvagens, pulmão do mundo⁵, rótulos que por si só já serviriam de mola propulsoras para longos debates. Principalmente se agregados a eles estivesse o fato de que a Amazônia sempre representou uma grande incógnita para os governantes do Brasil. Assim sendo, podemos pensar na seguinte proposição de Oliveira:

Definir, conceituar, delimitar, caracterizar uma região é uma das tarefas mais árduas da Geografia. Podem-se utilizar desde os métodos mais tradicionais até os métodos de análise quantitativa, passando pelos métodos históricos, sociológicos, etc. definir, conceituar, delimitar, caracterizar uma região com objetivos de nela atuar de modo a reduzir suas desigualdades internas é tarefa mais árdua ainda (OLIVEIRA, 2009, p.37).

Logo, o que aqui se quer destacar é que não existe uma única Amazônia, uniforme e homogênea. Existem várias “Amazônias”. Trata-se, pois de uma região com as maiores

embarcações iam singrando novos rios e os interligando as praças de comércio, estabelecendo contato com outras fontes de produtos das matas. Contudo, a trajetória da implantação oficial dos serviços da Companhia de Navegação do Amazonas não se resumia ao simples trabalho como o transporte, pois no conjunto dos seus acordos firmados com o Estado figurava a obrigatoriedade da implantação e sustentação de colônias de trabalhadores ao longo dos rios, que serviam como uma espécie de interportos, como núcleo de povoamento.”

⁴ A obra Inferno Verde (1908), de Alberto Rangel sobre a Amazônia brasileira do início do século XX.

⁵ Não se sabe quem utilizou esta expressão pela primeira vez, mas o sentido dela é que na Amazônia haveria uma enorme produção de oxigênio, o que na verdade não correspondem à realidade, segundo especialistas.

florestas tropicais do mundo, além da maior expressão da biodiversidade da Terra e da Bacia Amazônica. Segundo informes da The Nature Conservancy (TCN)⁶, a Amazônia possui quase um terço de todas as espécies existentes no planeta e um quarto de toda a água doce do mundo. Abriga inúmeras culturas indígenas e tradicionais e ainda desempenha um papel chave nos ciclos regionais e globais de carbono e clima.

Todavia, foi através do “Discurso do Rio Amazonas” que Getúlio Vargas manifestou oficialmente, e pela primeira vez na história do Brasil, a preocupação de um governante federal com povoamento sistemático do suposto “vazio amazônico”, como demonstra Oliveira Jr.:

No início dos anos 40, Vargas preocupado em trazer a região para o pensamento visando à construção de seu projeto de um Brasil moderno, em reunião com as lideranças políticas e com o empresariado, faz um pronunciamento que ficou conhecido como o Discurso do Rio Amazonas. Nele Vargas compara a grandeza da região com a dimensão dos problemas ressaltando que é necessário “adentrar o povoamento. Acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes com o objetivo de retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado” (OLIVEIRA, 2009, p.45).

A partir de então, muitas foram às batalhas pela integração física, social e econômica da região à unidade nacional. Após o golpe de 1964, a Amazônia continuou a atrair grande atenção, pois os militares também a consideravam um território vulnerável, “vazio” que precisava ser ocupado e urbanizado. Iniciou-se, assim, nos anos de 1970, um novo ciclo econômico na região. Tratava-se da era das estradas como a Transamazônica, das usinas hidrelétricas como a de Tucuruí, sem falar de todos os empreendimentos em torno da mineração.

Concomitantemente a isto, a população de outros estados do Brasil foi atraída para a Amazônia pela promessa de terra farta e barata e pela procura de trabalho nas obras dos grandes empreendimentos e nos garimpos ilegais, para os quais, não faltavam trabalhadores. A descoberta de abundantes recursos minerais revelou as riquezas do subsolo das florestas, o que ensejou uma verdadeira corrida por concessões de mineração e

Já quanto à exploração do território amazônico para fins agrícolas, vale assinalar que as experiências dos agricultores vindos dos outros estados, eram em geral frustrantes. A fertilidade inicial do solo nos primeiros anos, após a derrubada e a queimada da mata

⁶ <http://portugues.tnc.org/>, acesso: 17/08/2013.

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

4

desaparecia rapidamente. Depois de pouco tempo, se não desistissem de plantar ou fossem tentar o garimpo, o camponês se mudava para as áreas urbanas.

Atualmente, embora ainda existam resquícios dos “grandes projetos”, a ideia de que basta abrir estradas, construir usinas hidrelétricas e distribuir terras está obsoleta, pois, a aplicação desses modelos não funcionou da forma como se pretendia.

Destarte, todo este movimento em direção a Amazônia atingiu vários territórios, dentre eles destaca-se o Amapá. Um dos mais novos estados da federação cuja história e a geografia ainda são pouco conhecidas no próprio Brasil. Por isso, é importante resgatar aqui alguns pontos de sua gênese para trazer a tona elementos que situem o Amapá na história.

Localizado na Região Norte do país, o extremo norte do litoral brasileiro tem início onde termina o rio Oiapoque, que separa o estado da Guiana Francesa. O Amapá tem 24,2% de sua área protegida por lei, onde se encontram regiões de conservação ambiental e reservas indígenas. Além do que, é delimitado pela foz do rio Amazonas, a qual lhe concede particularidades bastante significativas.

Inicialmente com o nome de capitania do Cabo Norte, a região sofreu invasões de ingleses e holandeses, expulsos pelos portugueses. No século XVIII, a França reivindicou a posse da área. O Tratado de Utrecht de 1713 estabeleceu os limites entre o Brasil e a Guiana Francesa, o que não foi respeitado pelos franceses, gerando novos conflitos.

A descoberta do ouro e a valorização da borracha no mercado internacional, durante o século XIX, intensificaram o povoamento do Amapá e acirraram as disputas territoriais.

Getúlio Vargas criou o Território do Amapá através do decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943 (PORTO, 2000). A cidade de Macapá passou a ser a capital do território trazendo novos investimentos. Lobato (2013) mostra como a cidade passou a configurar um grande canteiro de obras:

Entre 1944 e 1964, uma grande parcela dos trabalhadores de Macapá passou por um processo de obreirização. Isto significa dizer que eles foram absorvidos pelo crescente setor da construção civil. Não seria um exagero dizer que Macapá era nestes anos um grande canteiro de obras. De um lado, construções do governo, do outro, o levantamento de casas particulares para os que chegavam. O clero também colaborou neste processo, promovendo a construção de igrejas e demais prédios para a estruturação da diocese: igreja Nossa Senhora da Conceição (1950-1954); prédio da Sede da Prelazia de Macapá (1950-1960); prédio do Pensionato de São José de Macapá (1950-1960); capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (1958); Hospital São Camilo (1960-1965); igreja Nossa Senhora de Fátima (1963-1965); igreja São Benedito (1963-1964); igreja Sagrado Coração de Jesus (1964); capela São Pedro (1964); entre outras (LOBATO, 2013, p. 101).

Era preciso “criar” uma capital dando-lhe estrutura para tal. Macapá apresenta a partir da década de 1940, com a criação do território, um momento distinto do seu crescimento urbano. Como capital do Território Federal, tem como principal agente modelador do espaço o poder público (PORTILHO, 2010). Portanto, durante o processo de *obreirização*, a produção de matérias primas passou a requerer um grande número de trabalhadores para trabalharem na construção de prédios públicos, edificação de conjuntos residenciais entre outros (LOBATO, 2013).

Além disso, a implantação da Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) para desenvolver no Amapá a primeira experiência de mineração da Amazônia teve um papel significativo no aumento da população das cidades e localidades do Amapá, especialmente de Macapá e Santana (MONTEIRO, 2003). O que se intensificou ainda mais com a Constituição promulgada em 05 de outubro de 1988 e a elevação do Território à categoria de Estado da Federação. Porto (2003) elenca alguns dos períodos mais importantes do da história do Amapá:

Após a criação deste ex-Território, aqueles aspectos constituem três períodos econômicos e indicam as ações dos setores privados e públicos na aplicação de investimentos, repercutindo no aumento do movimento migratório, a sua urbanização e a sua organização espacial, esses períodos são: gênese, estruturação produtiva e organização espacial (1943-1974), planejamento estatal e diversificação produtiva (1975-1987), estadualização e sustentabilidade econômica (após 1988) (PORTO, 2003, p. 114).

Com a redefinição política durante o período de estadualização e sustentabilidade econômica (após 1988) tornou-se necessário reorganizar a estrutura da capital adequando-a para que pudesse comportar a administração pública do Estado (PORTILHO, 2010). Assim, a necessidade de se configurar o corpo estatal do Amapá gerou uma demanda crescente de funcionalismo público, o que veio a ser outro fator de impulso para a migração.

A cada concurso, levadas e levadas de migrantes chegavam à capital, forçando o crescimento do setor de comércio, que passou a oferecer cada vez mais oportunidades de empregos em bares, boates, restaurantes, hotéis, motéis, empresas de vigilância, limpeza e conservação, escritórios de contabilidade, advocacia, bancos, correios, lotéricas, etc. Outros elementos favoreceram a especulação imobiliária nos bairros centrais e áreas mais nobres. Pois, como assevera Portilho (2010), houve uma definição espacial imposta pelo governo.

Um exercício reflexivo estruturado a partir do período de estadualização e sustentabilidade econômica permite claramente compreender que as expectativas em torno do novo estado estimularam um novo fluxo migratório para o Amapá, gerando um conjunto de transformações significativas sobre a urbanização do estado e a supervalorização da cidade de Macapá⁷. Em verdade, “(...) Macapá, se destacou, desde o início da vida do Amapá como território federal, como grande centro populacional do estado (...)” (DRUMMOND e PEREIRA, 2007).

Também se faz importante resgatar alguns detalhes sobre a capital de Macapá. O município de Macapá localiza-se na região Sudeste do Estado, estendendo-se da margem esquerda do Rio Amazonas (entre os rios Pedreira, Matapi e litoral atlântico) até a nascente do Rio Maruanum. Limita-se com os municípios de Santana, Itaubal, Porto Grande, Ferreira Gomes, Cutias e Amapá e possui uma área de 6.562,41 km.

Além do que, é a única cidade do norte banhada pelas águas do próprio rio Amazonas e cortada pela linha do Equador, ao mesmo tempo. Foi elevada à categoria de vila com a denominação de São José de Macapá, em 1758. Posteriormente, foi elevada à condição de cidade com a denominação de Macapá, pela Lei n.º 281, de 06 de setembro de 1856. E desde sua origem se revelou como um centro populacional.

Macapá não é uma cidade amazônica típica, em muitos aspectos. Quando se tornou a capital territorial, transformou-se, até certo ponto, numa cidade planejada, em termos de seu layout, arrumamento e infra-estrutura. Por exemplo, todo o seu centro exibe uma rede de ruas e avenidas notavelmente largas e que se cortam num ângulo de 90 graus, desenho incomum nas cidades antigas da Amazônia. A cidade tem também um zoneamento bem visível, com concentrações de prédios administrativos, escolares e comerciais, além de praças amplas. Os prédios públicos federais, estaduais e municipais, em geral, têm desenho moderno e foram feitos com bom material de construção. (DRUMMOND E PEREIRA, 2007).

No entanto, nem mesmo todo este diferencial foi capaz de livrar Macapá de problemas de infraestrutura comuns às cidades amazônicas. Mesmo banhada pelo maior rio do mundo, Macapá sofre com falta de água potável e saneamento básico. Muitos bairros são fruto de ocupações em áreas periféricas próximas as áreas úmidas, nas quais se encontram um grande número de habitações, nome dados às casas improvisadas em cima dos mananciais, alterando

⁷ O topônimo é de origem tupi, com uma variação de macapaba, que quer dizer lugar de muitas bacabas, um fruto de palmeira nativa da região. Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amapa/macapa.pdf>. Acesso: 17/09/13.

de maneira substancial o modo de vida e de trabalho dos moradores das comunidades destas áreas.

Deste modo, para tentar viabilizar uma melhor organização espacial do Amapá foram feitas ações, dentre as quais merece destaque a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana em 1991 (Decreto Federal nº 8.387, de 30/12/91), cujo objetivo era promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças e incrementar as relações bilaterais com países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana. O que conseqüentemente promoveu um novo ciclo migratório espontâneo, formado principalmente por contingentes populacionais oriundos do Pará e do Maranhão.

Trabalhadores rurais, pequenos ocupantes posseiros e desempregados vinham em busca de oportunidades e melhores condições de vida. Porém, acabaram ocasionando novos problemas urbanísticos. De modo que a urbanização, nesse contexto, não está relacionada apenas ao crescimento da cidade de Macapá e de sua população, mas a integração e reestruturação do modo de vida da população migrante. O aceleramento demográfico que já vinha sendo estimulado pela elevação do Território Federal do Amapá a Estado, em 1988, se intensificou ainda mais com a Criação da Área de Livre Comércio e Santana em 1990.

Assim, a busca por setores ligados a mineração, indústria madeireira, siderurgia e à construção civil ocasionaram um dinamismo particular, que provocou profundas alterações na rede urbana através da multiplicação de novos núcleos, planejados ou não, mas que confirmam a configuração de um processo de urbanização.

No Amapá, um desses espaços são as ressacas, o que certamente foi confirmado pelo Relatório Técnico Final do Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressacas de Macapá e Santana do Estado do Amapá - ZEEU⁸:

⁸ Em 2009 a Promotoria de Meio Ambiente (PRODEMAC) – Ministério Público do Amapá (MP) impôs ao Governo do Estado, que promovesse a realização, no prazo de até três anos o Zoneamento Ecológico Econômico Urbano – ZEEU. O que, de certa forma, obrigou a Secretaria de Meio Ambiente do Amapá (SEMA) e o Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá (IEPA) a fomentarem um grande número de pesquisas sobre as ressacas. Embora a ênfase esteja na qualidade da água, e na identificação dos impactos do uso e da ocupação humana sobre os recursos hídricos do Amapá, haja vista que, desde 1999, a lei Estadual Nº 0455/99 estabelecia o tombamento de todas as áreas de ressaca do Estado do Amapá e impunha severas limitações ao seu uso e ocupação em função dos recursos hídricos. Bem como, posteriormente a Lei Estadual Nº0835 revogou a Lei Nº 0455/99 proibindo “novas ocupações e uso de áreas de ressaca urbana e periurbana, exceto para execução de obras de infraestrutura”. O relatório final do Zoneamento Ecológico Econômico Urbano – ZEEU se

O processo de ocupação das ressacas teve início na década de 50, aumentando paulatinamente, devido à ineficiência do poder público no planejamento urbano e sua implementação, resultando na intensificação do processo a partir do início dos anos 90. A principal característica da ocupação dessas áreas é a forma desordenada como ocorrem, que devido a ausência da administração pública, os assentamentos humanos vão se concretizando de maneira espontânea, sendo estruturados em sua própria lógica. Os altos índices migratórios para o Estado, também tem contribuído para a ocupação desenfreada e desordenada que modificou o ambiente natural das ressacas, ao tempo em que não resolveu a problemática crucial do processo de urbanização que é o direito do cidadão à habitação em condições adequadas de moradia (TAKIYAMA et al., 2012).

Ainda que estas sejam consideradas inóspitas e não ofereçam a menor estrutura para constituir moradia, vários migrantes desenvolveram nas ressacas uma cultura habitacional singular. Algo ratificado pelo que assevera Branco:

Podemos dizer que a adaptação do homem aos diversos ambientes que ocupa na Terra não é mais biológica, mas cultural. Percebe-se, assim, que cada povo, vivendo em um meio físico e biológico específico, desenvolveu sua própria cultura, como forma de adaptação ou de ajuste às peculiaridades desse meio (BRANCO, 2003, p. 37)

Mas, então, o que seriam essas ressacas?

A Lei Ambiental do município de Macapá (Lei nº 948/98) se refere à ressaca como "bacias de acumulação de águas, influenciadas pelo regime de marés, de rios e drenagens pluviais". Além disso, no Fórum dos Recursos Hídricos com o tema "Ressacas", definiu-se o termo como "uma expressão regional dada a um tipo de ambiente palustre caracterizado por enchentes sazonais e pela influência de marés" (SEMA/AP, 1999).

Para maior exatidão:

As ressacas são canais hídricos que existem nos municípios de Macapá e Santana. O termo ressaca é uma denominação regional para ecossistema típico das zonas costeiras. São áreas influenciadas pelo regime hídrico das marés e pela sazonalidade das chuvas. São dominadas pela vegetação de buritizais e pela floresta de várzea ao longo do curso d'água. Constituem bacias naturais de acumulação hídrica para onde se destinam as drenagens pluviais e servem para controle das inundações; como corredores naturais de vento que amenizam o desconforto térmico e influenciam no micro clima da cidade (TAKIYAMA E SILVA, 2003, p. 82 a 85).

tornou um importante de apoio a novas pesquisas sobre as ressacas e os assentamentos humanos localizados nelas.

Portanto, a expressão “ressacas” é usada unicamente no Amapá para caracterizar as áreas úmidas como um patrimônio ambiental do Estado.

O Plano Diretor de Macapá-AP, construído de forma participativa e instituído em fevereiro de 2004 reconhece as áreas de ressaca como patrimônio ambiental municipal e prevê várias ações de uso e conservação remetendo tais ações às necessidades de estudos específicos, em especial os que apontem para o uso sustentável das áreas úmidas locais e proteção das suas águas. Da mesma forma, o Plano Diretor do município de Santana confere importância impar a essas áreas onde são previstas ações de prevenção e controle da degradação dos ambientes das “ressacas e baixios” (TAKIYAMA et al., 2012, p. 38).

Uma vez entendido que ressacas é a expressão regional usada para denominar as bacias de acumulação de água, e que, portanto a expressão refere-se ao bioma, faz-se necessário explicar que outra coisa são os assentamentos humanos que se estabelecem nessas áreas através de moradias em sistema de palafitas.

A produção de habitações estilo palafitas é comum em áreas tropicais e equatoriais de alto índice pluviométrico. São construções sobre estacas de madeira muito utilizadas na Pan-Amazônia nas chamadas áreas de baixada, junto aos igarapés, rios e bairros que alagam.

O vocabulário ‘palafita’ embora seja conhecido internacionalmente como habitação lacustre ou que permanece sempre sobre água ou terrenos encharcados é aqui empregado em um sentido mais amplo. Queremos aqui justificar a necessidade de seu uso para as construções feitas sobre estacas que nem sempre estão sobre as águas. Algumas vezes o sítio escolhido é atingido diariamente pelas marés, outras vezes somente nas estações das águas é que a casa se torna uma verdadeira palafita. Estas construções podem estar à margem dos rios, em terrenos pantanosos, ou mesmo sobre pilares ou estacas (GUERRA, 1954, p. 221).

Portanto, as palafitas caracterizam um estilo arquitetônico muito comum na Pan-Amazônia. Na parte oriental, produziu-se dados nas áreas de palafitas urbanas e ribeirinhas, principalmente de Afuá, de Almerim (rio Paru), de Barcarena (Ilha do Trambioca), de Belém, de Curuçá (estado do Pará), de Laranjal do Jarí, de Macapá e de Oiapoque (estado do Amapá) (SIMONIAN, 2012).

Destarte, as ressacas devem ser entendidas não apenas em sua estrutura física, que por si não conseguem dar conta da complexidade de realidades ali existentes, mas como espaços sociais, como fruto da dinâmica das relações desiguais estabelecidas na sociedade (PORTILHO, 2010). Haja vista que as sociedades produzem sua existência tendo por base

tanto às relações sociais que lhes são específicas, como os modos de apropriação do mundo material que lhes correspondem (BASTOS e GARCIA, 2011).

Todavia, o que para as camadas mais pobres da população significa uma solução imediata para o problema de moradia, para os poderes públicos e demais observadores acaba representando uma realidade impactante sob o ponto de vista da degradação ambiental.

Não se pode negar que aos moradores das palafitas não parece estranho estabelecer moradia em áreas cuja infraestrutura não contempla água encanada, onde a locomoção é feita em passarelas (mal estruturadas), a iluminação é obtida por meio de “gatos elétricos” e o lixo é despejado na própria bacia de acumulação de água, sem nenhum tratamento, a exemplo do que acontece nos bairros pobres das grandes capitais.

Também é fato que o mau cheiro paulatinamente toma conta das áreas periféricas em função do acúmulo de detritos humanos aglutinados em lugares insalubres, nos quais seria impraticável viver, fazer comida ou lavar roupa. Além disso, o público se confunde com o privado e as atividades do cotidiano acabam sendo realizadas nas passarelas.

Logo, não há como esconder uma total insuficiência de recursos e serviços que ocasionam sérios prejuízos à própria qualidade de vida dos moradores e ao meio ambiente, aspecto importante ressaltado pelo ZEEU:

Em Macapá e Santana, o uso e a ocupação das áreas úmidas vêm ocorrendo de maneira totalmente desordenada. O estabelecimento de moradias é o mais perceptível e a mais impactante, ocasionado principalmente pela falta de planejamento e pela explosão demográfica, representada por uma taxa anual de crescimento de 3,44% (IBGE, 2010), uma das mais altas no Brasil. As condições de vida das pessoas que residem em áreas de ressaca, morando em palafitas, são visivelmente de baixa qualidade e o avanço da ocupação aumenta a cada dia que passa (TAKIYAMA et al., 2012, p. 17).

As ressacas passam a serem marcadas por um sistema habitacional totalmente distinto em meio à realidade da Macapá planejada; mas, que por outro lado, é corriqueiro não só na Amazônia, como em todo o Brasil. Assim, em 1990, as ressacas Chico Dias, Sá Comprido e parte do lago do Pacoval foram intensamente ocupadas, principalmente pela população de baixa renda recém-chegadas à cidade de Macapá.

O processo de ocupação das ressacas não foi disciplinado, o que resultou em sua intensificação, é o caso das áreas na Chico Dias, Sá Comprido e N. Esperança, caracterizando-se como as de moradores com mais tempo de ocupação. A condição

atual demonstra que recomendações como a desocupação dessas áreas não foram seguidas (TAKIYAMA et al., 2012, p. 59-60).

Pelo exposto é possível observar que os assentamentos humanos estabelecidos nas ressacas através do sistema de palafitas foram caracterizados como “periferia imediata” pela elite local, cujo discurso está pautado na ação antrópica que vem causando de forma acelerada a degradação ambiental deste bioma. Vários são os trabalhos em que a argumentação deixa evidente a reprovação a tais assentamentos:

As autoridades locais deveriam se preocupar com este processo de agressão ao meio ambiente e principalmente promover estudos para valorar o custo econômico que a saúde pública tem com o tratamento das doenças endêmicas provocadas pela poluição desastrosa das áreas de ressaca na cidade de Macapá. E através de políticas habitacionais, educação ambiental e legislativa, amenizar os impactos sócios - econômicos e as principais causas que estão levando o homem a sua própria degradação (SILVA, 2005, p. 6).

Portilho (2010) reafirma este posicionamento ao categorizar os assentamentos humanos nas ressacas como aglomerados subnormais:

A expansão urbana de Macapá vem acontecendo sem um adequado planejamento, estimulada por crescimento populacional da ordem de 6,02%, registrado na última década (Aguiar & Silva), esse crescimento tem contribuído para a ocupação de áreas úmidas e a formação de aglomerados subnormais agravando as condições sócio-ambientais das áreas de ressaca (PORTILHO, 2010.p. 4).

De acordo com Silva *et. al* (2005), a ocupação dessas áreas compromete os recursos hídricos. Portilho (2010) também afirma que a ocupação das áreas úmidas com o objetivo de moradia tem causado uma pressão cada vez maior nesse espaço de grande fragilidade natural. Andradre (1995), por sua vez, argumenta que o processo de urbanização do estado do Amapá, principalmente em Macapá, aumentou os problemas sociais e ambientais, resultando numa expansão da pobreza, na ocorrência de epidemias e endemias e involução da condição de vida e bem-estar social. Girelli (2009) fortalece estas ideias quando preceitua que:

O meio ambiente urbano é o espaço construído e que tem sido modelado em se detrimento pelo homem. A harmonia do homem com natureza foi interrompida em decorrência de um crescimento urbano não planejado. As consequências desta expansão urbana geraram o comprometimento dos espaços urbanos e do meio ambiente natural. Dentre os fatores que contribuíram para o caos urbano tem-se o modelo capitalista que ocasionou a utilização da natureza de maneira predatória, comprometendo os recursos naturais e criando estruturas que podem colocar em risco a sobrevivência dos seres humanos (GIRELLI, 2009. p. 15).

No entanto, escassas ou quase inexistentes são as pesquisas que se dedicam a contar a história dessas pessoas. Quem tem se perguntado como as crianças “moradoras do lago”⁹ contarão as suas histórias e meninices? Como as novas gerações irão saber daquelas notícias tão antigas, cujo arquivo e depósito só podiam ser a memória de seus pais? Para escrever esta história é necessário subir contra a corrente em um rio que carrega dramas e surpresas, até chegar àquela nascente remota que explica o porquê essas pessoas se sentem tão seguras junto às águas do lago, ou melhor, da ressaca.

Na verdade é preciso mais, é preciso ter a coragem de perguntar quem são os moradores dos assentamentos localizados nas ressacas? De onde vieram? Porque organizam suas moradias num emaranhado de palafitas? Eles trabalham? Exercem sua cidadania? As moradias do lago configuram uma forma de enfrentamento ao Estado capitalista? São tantas as perguntas sem resposta, que elas mesmas acabam por denotar uma exigência de novas abordagens que possam captar estes “novos” atores sociais. Em suma, faz-se necessário investigar quem são estas pessoas que se intitulam “moradores do lago”.

BIBLIOGRAFIA

BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. São Paulo: UNICAMP, 2004.

BRANCO, Sandra. **Educação ambiental**. Metodologia e prática de ensino. Rio de Janeiro: Dunya, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2 ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea**. Projeto História. Nº 17, nov. 1998, p. 223-258.

FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

⁹ Moradores do lago é uma expressão recorrente entre os moradores das palafitas localizadas nas áreas de ressaca do Amapá, assim eles se identificam.

- GIRELLI, Cristiane Corrêa. **Ocupações irregulares em áreas úmidas: análise da moradia na ressaca Chico Dias e as consequências para o ambiente urbano**. Macapá, 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) – Universidade Federal do Amapá.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1986.
- GUERRA, A. T. 1954. **Estudo geográfico do território do Amapá**. Rio de Janeiro: IBGE.
- LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na Fronteira da Modernização: a política educacional do Amapá (1944-1956)**. Belém, 2009.
- LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. São Paulo, 2013. Tese (Doutoramento em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MICHILES, Aurélio. O quintal da minha casa. **Estudos Avançados**. Vol. 19, nº 53, jan./abril, 2005, p. 275-294.
- OLIVEIRA JR. **Amazônia: a gênese de uma região em planejamento**. Revista de C. Humanas, Vol. 9, Nº 1, p. 37-53, Jan./Jun. 2009.
- PORTO, Jadson. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000**. Macapá: SETEC, 2003.
- SILVA, Ana Cristina Gonçalves. **Pesquisa realizada na Secretária do Meio Ambiente do Estado do Amapá (SEMA)**, 1999.
- PORTILHO, Ivone dos Santos. **Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/AP**. 15fls. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero-americano de Geografia Física, Universidade de Coimbra, Portugal, maio de 2010.
- VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: UFPR, 2004.